

Balanco Orçamentário - Sebrae/ICE												
R\$												
Receitas	Execução Período Anterior 2017	Ano Atual		%	c/b	(Δ % c/a)	Despesas	Execução Período Anterior 2017	Ano Atual		(Δ % c/b)	(c/a)
		Previsão Original (p)	Execução (c)						Previsão Original (p)	Execução (c)		
Receitas Correntes	20.456	107.055	22.561	0	110,290379	0	Despesas Correntes	14.716	108.146	14.633	0	99,43598804
Contribuição Social Ordinária-CSO	17.325	69.728	19.941	28,6	115,1	115,1	Pessoal, Encargos e Benefícios	8.106	40.000	8.036	20,1	99,1
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	744	24.206	518	2,1	69,6	69,6	Serviços Profissionais e Contratados	3.914	53.637	4.158	7,8	106,2
Convênios (Parcelas + Sebrae/NA)	20	136	26	19,1	130,0	130,0	Demais Despesas Operacionais	2.026	12.893	1.630	12,6	80,5
Aplicações Financeiras	817	3.200	582	18,2	71,2	71,2	Encargos Diversos	547	1.450	589	40,6	107,7
Empresas Beneficiadas	688	8.285	1.096	13,2	159,3	159,3	Transferências	123	166	220	132,5	178,9
Outras Receitas	862	1.500	398	26,5	46,2	46,2	Superávit Corrente	5.740			#VALOR!	#VALOR!
Déficit Corrente	-	50	-	0	#DIV/0!	#DIV/0!	Despesas de Capital	668	2.213	726	0	108,6626347
Receitas de Capital	-	50	-	0,0	#DIV/0!	#DIV/0!	Investimentos / Outros	183	413	268	64,9	146,4
Alienação de Bens	-	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	Amortização de Empréstimos	485	1.800	458	25,4	94,4
Oper. Crédito / Recob. Empréstimos	-	-	-	-	0	0	Fundo de Reserva		8.746			
Saldo de Exercícios Anteriores	12.000	12.000	-	0	110,290379	0	Despesas Totais	15.384	119.105	15.359	0	99,8374935
Receitas Totais	20.456	119.105	22.561	0	110,290379	0	Superávit Total	5.072		7.202		
Déficit Total	-	-	-	0	110,290379	0	Total Geral	20.456	119.105	22.561	0	110,2903794
Total Geral	20.456	119.105	22.561	0	110,290379	0						

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico


Fabiano Barroso Campêlo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.932	31.006	Remunerações e Encargos	16	578	-
Créditos a receber	5	1.472	2.230	Obrigações tributárias	17	382	678
Numerários vinculados a programas e projetos	6	9.209	932	Obrigações com convênios e contratos	18	417	430
Adiantamentos concedidos	7	1.075	837	Obrigações trabalhistas	19	2.549	4.422
Convênios e (acordos) a executar	8	6.655	6.583	Contas a pagar	20	1.092	4.348
Créditos com o Sistema Sebrae	9	5.669	13.293	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	10.166	10.925
Outros créditos	10	45	47				
Total do ativo circulante		58.057	54.928	Total do passivo circulante		15.184	20.803
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos realizáveis	11	454	448	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	6.317	6.678
Imobilizado	14	40.621	41.128	Provisões	11	328	445
Intangível	14	29	34				
Total do ativo não circulante		41.104	41.610	Total do passivo não circulante		6.645	7.123
				Total do passivo		21.829	27.926
Total do ativo		99.161	96.538	Patrimônio líquido	22		
				Superávits acumulados		55.271	46.072
				Superávit do exercício		6.956	7.374
				Ajustes de avaliação patrimonial		15.105	15.166
				Total do patrimônio líquido		77.332	68.612
				Total do passivo e do patrimônio líquido		99.161	96.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico


Fabiano Barroso Campêlo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	23	19.941	17.325
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	23	518	744
Receitas empresas beneficiadas	24	1.096	688
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	25	26	20
Outras receitas operacionais	26	597	1.333
Total das receitas		22.178	20.110
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	27	(8.036)	(8.106)
Serviços profissionais e contratados	28	(4.157)	(3.914)
Custos e despesas de operacionalização	29	(1.630)	(2.026)
Encargos diversos		(412)	(387)
Despesas com transferências e com programas e convênios	30	(272)	(426)
Despesas com provisões	31	(267)	(668)
Depreciação e amortização		(793)	(869)
Outras despesas operacionais	32	-	(113)
Total de despesas		(15.567)	(16.509)
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro líquido		6.611	3.601
Receitas financeiras	33	582	817
Despesas financeiras	33	(237)	(230)
Resultado financeiro líquido	33	345	587
Superávit do exercício		6.956	4.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Fabiano Barros Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O

SEBRAE/CE - Serviço de Apoio às Mic e Peq Emp do Ceará

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

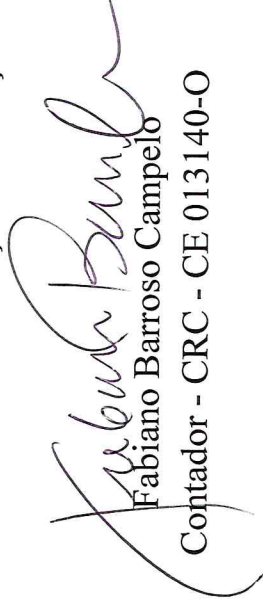
	31/03/2018	31/03/2017
Superávit do exercício	6.956	4.188
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	6.956	4.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico



Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-0

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

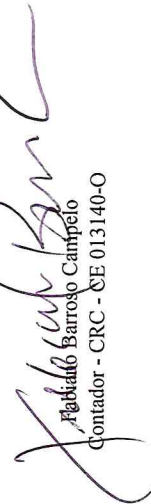
	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	41.826	3.993	15.410	61.229
Incorporação do superávit do exercício anterior	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	60	-	(60)	-
Superávit do exercício	-	4.188	-	4.188
Saldo em 31 de março de 2017	41.886	8.181	15.350	65.417
Saldo em 31 de dezembro de 2017	46.072	7.374	15.166	68.612
Incorporação do superávit do exercício anterior	7.374	(7.374)	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	1.764	-	-	1.764
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	61	-	(61)	-
Superávit do exercício	-	6.956	-	6.956
Saldo em 31 de dezembro de 2017	55.271	6.956	15.105	77.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico



Fábio Barroso Campelo
Contador - CRC - SE 013140-O

31/03/2018 31/03/2017

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.956	4.188
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	793	869
Provisão para devedores duvidosos	190	564
Provisão para perdas diversas	77	1
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	3.599	904
Numerais vinculados a convênios e programas	(8.277)	(7.602)
Adiantamentos concedidos	(238)	452
Créditos com o Sistema SEBRAE	7.624	(709)
Realizável a longo prazo	6	(10)
Convênios e (acordos) a executar	(72)	(219)
Outros créditos	2	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Remuneração e Encargos	578	(1.406)
Obrigações tributárias	(296)	4
Obrigações com convênios e contratos	(13)	(2.466)
Obrigações trabalhistas	(1.873)	(732)
Contas a pagar	(3.256)	2.328
Obrigações com Sistema Sebrae	(1.120)	(128)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(5.980)	(2.400)
	4.680	(3.962)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(282)	(183)
Baixa do imobilizado	-	3
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(282)	(180)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamento principal	(1.472)	-
Caixa líquido proveniente da atividades de financiamento	(1.472)	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.926	(4.142)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.932	23.406
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.006	27.548
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.926	(4.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Aleci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Fabiano Barroso Campêlo
Contador - CRC - CE 013140-0

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas do
Ceará - SEBRAE/CE

**Demonstrações contábeis em
31 de março de 2018 e 2017**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE é uma Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de Serviço Social Autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresa; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Avenida Monsenhor Tabosa, 777, Centro, Fortaleza-CE.

O âmbito de atuação do SEBRAE/CE constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Ceará, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

A Entidade tem como associados: Caixa Econômica Federal (CEF), Associação Comercial do Ceará (ACC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação Cearense das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FECEMPE), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará (FACIC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Federação do Comércio do Estado do Ceará (FECOMÉRCIO), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-AR/CE), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE), Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) e Banco do Brasil S.A. (BB).

O SEBRAE/CE recebe recursos oriundos do SEBRAE - Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição para-fiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomias financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/CE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de qualquer natureza não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2 e art. 15 § 2).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, a Entidade possui uma declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ficando vedada a incidência do imposto sobre os serviços prestados.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 27 (R3) – Ativo Imobilizado, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 29).

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 16 de abril de 2018.



2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 4), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11) provisões para riscos cíveis e fiscais (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 29).

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 29).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos contábeis apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 29).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

2.3 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/CE conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018.

O SEBRAE/CE apresentou um superávit de R\$ 7.374 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nesta data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 34.125.

O SEBRAE/Ce apresentou um superávit de R\$ 6.956 para o período findo de 31 de março de 2018 e, nesta data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 42.873.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber, outros créditos, numerários vinculados a projetos e convênios, créditos com o Sistema SEBRAE.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4)

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores

e outros, obrigações com o Sistema SEBRAE, obrigações Trabalhistas e fiscais, obrigações com convênios e contratos.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14).

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 11)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 27 (custo atribuído).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias estimadas são as seguintes:

	2018	2017
Edifícios	4%	4%
Máquinas e equipamentos (a)	6 a 10%	6 a 10%
Utensílios e acessórios (a)	5 a 39%	5 a 39%
Equipamentos de informática	6,67 a 33,33%	6,67 a 33,33%
Veículos	50%	50%
Instalações	10%	10%
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	2,5 a 14,3%	2,5 a 14,3%

(a) Vide nota explicativa do imobilizado sobre essas modificações de taxas de depreciação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa média estimada é a seguinte:

	2018	2017
Softwares	50%	50%

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 16)



g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 12)

Benefícios pós-emprego

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE/CE é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/CE reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A entidade reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. (Nota Explicativa nº 29)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	19	-
Contas bancárias (i)	909	742
Aplicações financeiras (ii)	<u>33.004</u>	<u>30.264</u>
Total	<u>33.932</u>	<u>31.006</u>

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, nos exercícios findo em 31 de março de 2018 e 2017, se encontram a seguir descrita:

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	19	-
Banco do Brasil	592	458
Caixa Econômica Federal	257	229
Banco do Nordeste	46	41
Bradesco	1	1
Itaú	<u>14</u>	<u>14</u>
Total	<u>929</u>	<u>743</u>



- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	BB Milênio Curto Prazo	11.523	16.891
Caixa Econômica Federal	Fundo Institucional Curto Prazo	29.562	13.134
Bradesco	Fundos	191	190
Bradesco	CDB	125	65
Movimentação CSN		(8.305)	-
Provisão para IRRF		(93)	(17)
Total		<u>33.003</u>	<u>30.263</u>

Todas as aplicações financeiras que são classificadas como caixa e equivalente de caixa - veja prática contábil, item (b) - possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado. As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração de 1,6668% ao ano em 2018 (5,9802% em 2017).

5 Créditos a Receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Clientes (i)	3.621	4.231
Cheques a apresentar (ii)	33	33
Cheques devolvidos (ii)	2	2
Cartões de crédito (ii)	361	320
(-) provisão para redução ao valor recuperável (iii)	(2.545)	(2.356)
Total	<u>1.472</u>	<u>2.230</u>

- (i) Saldos de créditos a receber decorrem da prestação de serviços com cursos, treinamentos, feiras, elaboração de projetos e consultorias. Em virtude da renegociação de dívidas foi criada no grupo de clientes a conta clientes – renegociação.
- (ii) Os valores de cheques e cartão de crédito são originados das vendas de cursos, consultorias, feiras que compõem a receita de empresa beneficiada.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro nas vendas não liquidadas há mais de 180 dias da data do seu vencimento. No período foi constituído um acréscimo na provisão para devedores de R\$ 189.

Movimento da provisão para redução ao valor recuperável - PDD

	2018	2017
Saldo inicial	2.321	2.011
Constituição	189	596
Reversão de provisão	-	(286)
Total da provisão	<u>2.510</u>	<u>2.321</u>

6 Numerários vinculados a programas e projetos

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
CSN Movimentação	8.305	-
Banco do Brasil	904	932
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>9.209</u>	<u>932</u>

Correspondem a recursos financeiros vinculados a programas, projetos e convênios, que estão sobre execução do SEBRAE/CE e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme NBC TG 03 (R3) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/CE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, conforme e detalhadas na nota explicativa nº 12. No exercício de 2016, tivemos a celebração do convênio entre o SEBRAE/CE e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que tem como objetivo capacitar os arranjos produtivos da região melhorando a qualidade dos serviços a ser prestados à CSP. No exercício celebramos um convênio entre SEBRAE/CE e M. Dias Branco, que tem como objetivo capacitar as empresas dos setores de Panificação.

Estes recursos vinculados são mantidos em aplicações com retornos semelhantes aos numerários livres. No período de janeiro a março de 2018 não houve celebração de novos convênios a receber.

7 Adiantamentos concedidos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a empregados e a terceiros (a)	796	659
Outros créditos (b)	<u>279</u>	<u>178</u>
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>1.075</u>	<u>837</u>

- (a) adiantamentos a funcionários consistem no pagamento antecipado de 13º salário quando solicitado pelo funcionário ao tirar férias, de férias e adiantamento de diárias.
- (b) Outros créditos referem-se a direitos a receber de funcionários cedidos as outras entidades.

8 Convênios e (acordos) a executar

É formado pelas transações com convênios a executar, despesas antecipadas, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Transações com convênios a executar	<u>6.655</u>	<u>6.583</u>
Total	<u><u>6.655</u></u>	<u><u>6.583</u></u>

Convênios registrados em outros créditos até a confirmação da prestação de contas pelo prestador de serviço junto ao SEBRAE/CE.

9 Créditos com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV) As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. *Créditos com o Sistema SEBRAE*

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos de CSO a receber (i)	5.669	-	5.669	11.951	-	11.951
Recursos de CSN a receber (ii)	-	-	-	1.342	-	1.342
Total	<u>5.669</u>	<u>-</u>	<u>5.669</u>	<u>13.293</u>	<u>-</u>	<u>13.293</u>

- (i) Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2018 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.
- (ii) Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2016 a 2019 e do orçamento de 2016 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE. No exercício de 2016 foram executados 81% do recurso da CSN - Contribuição Social do Nacional com direito a receber em 2016 o valor de R\$ 987 e um saldo a devolver de R\$ 4.991 (nota 9.b) a ser descontado na liberação dos recursos de CSO em 2017.

Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2020 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE. No exercício de 2017 foram executados 73% do recurso da CSN - Contribuição Social do Nacional com direito a receber

em 2018 o valor de R\$ 1.342 e um saldo a devolver de R\$ 9.104 (nota 9.b) a ser descontado na liberação dos recursos de CSO em 2018.

No período o total de CSO liberada foi da ordem de R\$ 19.941 e de CSN o valor de R\$ 1.061.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	-	-	-	9.104	-	9,104
CSN a comprovar (i)	8.305	-	8.305	-	-	-
CDN. 397/2.013 - Imobilização (ii)	1.861	6.317	8.178	1.821	6.678	8.499
CT. 538/14 Aquisição de licenças Microsoft (ii)	-	-	-	-	-	-
Total	10.166	6.317	16.483	10.925	6.678	17.603

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/CE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício. Com a nova redação da IN-37 versão 21 os saldos de CSN a devolver serão transferidas para o saldo de CSN a comprovar para que seja utilizada como saldo a executar nos Projetos de Atendimentos para o exercício em 2018.



- (ii) O Saneamento Financeiro de Imobilização foi um empréstimo contraído para reforma da Sede do SEBRAE/CE no prazo de 96 meses no total recebido de R\$ 11.316 utilizando como índice de correção a TJLP. O empréstimo foi obtido em 2013 com liberação inicial de R\$ 6.000 e o restante liberado em 2014 no valor de R\$ 5.316. A data final de encerramento do empréstimo se dará em agosto de 2022.
- (iii) Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN nº 37, normativo que trata sobre os critérios e os procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:
- (1) Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN nº 37 em julho de 2016, porém com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também passou a ser eliminada, a partir do exercício de 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

c. Transações de resultado

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO) (nota 18)	19.941	17.325
Contribuição Social do Nacional (CSN) (nota 18)	<u>518</u>	<u>744</u>
Total da receita líquida	<u>20.459</u>	<u>18.069</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base nos valores efetivamente arrecadados mensalmente.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	253	253
Benefícios	<u>88</u>	<u>88</u>



Total	341	341
--------------	-----	-----

Os valores envolvendo a Entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

10 Outros créditos

É formado pelas transações com despesas antecipadas

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Despesas antecipadas (i)	45	47
Total	45	47

Referente a seguros dos bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, que estão cobertos até 14 de maio de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 3, conforme apólice de nº 5177201662180016065 e apólice de nº 0058/0000014/96 com vencimento em 18/12/2017 com o valor do prêmio de R\$ 35 e veículos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 84 que estão cobertos até 20 de agosto de 2017. Em 2017 foi contratada uma nova apólice de seguro para os imóveis alugados a CODECE em que estão os Escritórios Regionais de Sobral, Tianguá, Crateús, conforme apólice 5177201762180017683 com valor do prêmio R\$ 4. Houve a renovação do seguro auto frota da apólice de nº 213576660 com vencimento para 20/08/2018 com valor de pagamento do prêmio de R\$ 80. Foi contratada no dia 18/12/2017 o seguro para riscos conta incêndio, raio, explosão e implosão, conforme apólice de nº 0058/0000019/96 com vencimento do seguro para 18/12/2018 com valor de pagamento do prêmio de R\$ 34.

11 Depósitos realizáveis

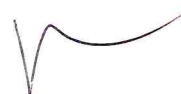
É formado pelos direitos a receber de longo prazo da entidade, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos realizáveis a longo prazo (a)	445	439
Depósito judicial (b)	9	9
Total	454	448

(a) Referentes a depósito para garantia de pagamento da intimação dos Processos do INSS de nºs 10380.017488/2008.04, 10380.017472/2008-93, 10380.017486/2008-15 e 10380.017486/2008-15 da Secretaria da Receita Federal, referentes a Contribuições Sociais, Previdenciárias e Contribuição de empregado para previdência complementar, quando foi instituída a provisão de riscos no longo prazo no valor de R\$ 365. Em agosto de 2017 o SEBRAE/CE aderiu ao Refis, conforme recibo de adesão de nº 89999889559287689890 de 29/08/2017, conforme a regra abaixo:

a.1. Pagamento á vista, sendo 7,5% do valor total da dívida no mês de adesão no caso R\$ 235, valor pago de entrada R\$ 18, com liquidação em janeiro de 2018 com diminuição da multa de mora em 50% e 90% do juros cobrado até o mês de quitação dos processos 371939720 e 371939747.

- a.2. Em Janeiro de 2018 efetuamos o pagamento da quitação do restante do valor da adesão do Refis no total de R\$ 79 dos processos 371939720 e 371939747.
- a.3. Em Março de 2018 efetuamos o pagamento da quitação do processo 371939755 no valor de R\$ 38.
- (b) Referente ao processo de reclamação trabalhista de nº 0001351-39.2015.5.07.0009 da reclamantes Elayne dos Santos de Maria, Edilene dos Santos de Maria, Maria Greiciane Mateus dos Santos e Aline Mateus Garcia.



14 Investimentos, Imobilizado e Intangível

Composição do ativo imobilizado em 31 de março de 2018

Descrição	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/03/2018
Custo contábil						
Terreno		13.687	-	-	-	13.687
Edificações	4%	17.893	-	-	-	17.893
Obras em andamento	-	-	227	-	-	227
Móveis e utensílios	5 a 39%	3.486	13	-	-	3.499
Veículos e acessórios	50%	1.522	-	-	-	1.522
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	2.949	24	-	-	2.973
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	5.667	18	-	-	5.685
Instalações	10%	11.867	-	-	-	11.867
Benfeitorias	2,5 a 14,3%	618	-	-	-	618
Total do custo		57.689	282	-	-	57.971
Depreciação acumulada						
Terreno						
Edificações	4%	(6.469)	(177)	-	-	(6.646)
Móveis e utensílios	5 a 39%	(871)	(51)	-	-	(922)
Veículos e acessórios	50%	(1.336)	(11)	-	-	(1.347)
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	(929)	(45)	-	-	(974)
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	(3.910)	(206)	-	-	(4.116)
Instalações	10%	(2.628)	(296)	-	-	(2.924)
Bens de terceiros	2,5 a 14,3%	(418)	(3)	-	-	(421)
Total da depreciação acumulada		(16.561)	(789)	-	-	(17.350)
Total líquido		41.128	(507)	-	-	40.621

Composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/12/2017
Custo contábil						
Terreno		13.687	-	-	-	13.687
Edificações	4%	17.893	-	-	-	17.893
Móveis e utensílios	5 a 39%	3.347	139	-	-	3.486
Veículos e acessórios	50%	1.522	-	-	-	1.522
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	2.651	298	-	-	2.949
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	5.166	512	(11)	-	5.667
Instalações	10%	11.867	-	-	-	11.867
Benfeitorias	2,5 a 14,3%	618	-	-	-	618
Total do custo		56.751	949	(11)	-	57.689
Depreciação acumulada						
Terreno						
Edificações	4%	(5.760)	(709)	-	-	(6.469)
Móveis e utensílios	5 a 39%	(669)	(202)	-	-	(871)
Veículos e acessórios	50%	(1.274)	(62)	-	-	(1.336)
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	(763)	(166)	-	-	(929)
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	(2.841)	(1.073)	4	-	(3.910)
Instalações	10%	(1.443)	(1.185)	-	-	(2.628)
Bens de terceiros	2,5 a 14,3%	(409)	(9)	-	-	(418)
Total da depreciação acumulada		(13.159)	(3.406)	4	-	(16.561)
Total líquido		43.592	(2.457)	(7)	-	41.128

Composição do ativo intangível em 31 de março de 2018

Descrição	Taxa média de amortização a.a.	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/03/2018
Custo contábil						
Direitos autorais	-	5	-	-	-	5
Sistemas de Aplicativos	50%	109	-	-	-	109
Total do custo		114	-	-	-	114
Amortização acumulada						
Sistemas de Aplicativos	50%	(80)	(5)	-	-	(85)
Total da amortização acumulada		-	-	-	-	-
Total líquido		34	(5)	-	-	29

Composição do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Taxa média de amortização a.a.	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/12/2017
Custo contábil						
Direitos autorais	-	5	-	-	-	5
Sistemas de Aplicativos	50%	76	33	-	-	109
Total do custo		81	33	-	-	114
Amortização acumulada						
Sistemas de Aplicativos	50%	(80)	-	-	-	(80)
Total da amortização acumulada		(80)	-	-	-	-
Total líquido		1	33	-	-	34

Em 2017 houve baixas de bens no valor de R\$ 11.

Em 2017 a Administração da Entidade manteve a mesma estimativa de vida útil, em relação a 2016 dos bens móveis de acordo com o parecer da comissão de patrimônio. Os impactos retrospectivos não são relevantes.

Os bens intangíveis são constituídos de direitos autorais adquiridos de metodologia e criação de softwares próprios que em 2017 tivemos um custo de criação no montante de R\$ 33, com taxa de amortização de 50% ao ano.

Em 2018 tivemos um total de aquisição de bens tangíveis no total de R\$ 282, tendo como maior relevância a conta obras em andamento.

Em 2017 e 2018 não houve movimentação na conta de investimentos.

16 Remuneração e encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes a reamentação e encargos de empregados:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Salários e Proventos a pagar	-	-
Encargos sociais a recolher	565	-
Consignações em folha de pagamento	13	-
	<u>578</u>	<u>-</u>

O reajuste salarial de 2017 foi da ordem de 4,5% no mês de maio, referente ao INPC dos últimos 12 meses.

Em 2016 foi aprovado o PDI Resolução CDE 006/2016 e Resolução Direx 031/2016.

Aderiram ao Plano de desligamento incentivado um total de 13 funcionários gerando um custo de incentivo na ordem de R\$ 1.370, sendo que 12 (doze) se desligaram em 2016 ficando apenas 1(um) funcionário com desligamento para janeiro de 2017. Todos os encargos sociais e consignações de folhas foram liquidados dentro do exercício de 2017. Os encargos sociais e consignações de folha a recolher de março de 2018 serão liquidados em abril/2018.

17 Obrigações tributárias

A composição das obrigações compõem as retenções na fonte de verbas trabalhistas (folha de pagamento) e retenções dos prestadores de serviços que são contratados pelo SEBRAE/CE no período de janeiro a março de 2018 e ano de 2017.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda s/salários a recolher	194	-
Imposto de renda s/serviços PF a recolher	5	10
Imposto de renda s/serviços PJ a recolher	13	63
ISS s/serviços de PF retidos	1	1
INSS retido s/serviços de PF	1	-
INSS retido s/serviços de PJ	41	100
PIS a recolher folha	15	-
INSS s/serviços de PF (20%)	5	-
IR s/remuneração variável	2	-
ISS s/serviços PJ retido	72	316
PIS/COFINS/CSLL retido s/serviços	33	188
Total	<u>382</u>	<u>678</u>



18 Obrigações com convênios

Refere-se a saldos de recursos resultantes de Convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
SEBRAE 7 11 2006 FINEP	254	251
SEBRAE CSP	-	18
FINEP SEBRAE 7 11 2006	155	154
SEBRAE M DIAS BRANCO	8	7
Convênios a Pagar	-	-
	417	430

Em 2016, tivemos a celebração dos convênios firmados entre o SEBRAE/CE e a Companhia Siderúrgica do Pécem (CSP), que tem como objetivo capacitar os arranjos produtivos da região, melhorando a qualidade dos serviços a serem prestados à CSP e com o Moinho M. Dias Branco para capacitar a rede de atendimento da panificação na região do cariri e norte do estado.. No período de janeiro a dezembro de 2017 não houve celebração de novos convênios a receber.

No período de janeiro a março de 2018 não foram celebrados novos convênios.

19 Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	1.046	4.336
Outras contas a pagar	46	12
	1.092	4.348

20 Obrigações trabalhistas

A seguir, apresentamos saldo das contas de férias e provisões de folha de pagamento:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração variável a pagar	293	1.172
Provisões s/folha de pagamento	2.256	3.250
	2.549	4.422

Remuneração variável a pagar

Refere-se a provisão da remuneração variável de 2017 a ser paga em fevereiro de 2018.

Os valores registrados em remuneração variável referem-se ao prêmio por atingimento de metas concedidos a todos os empregados e diretores, por seus esforços no alcance dos objetivos da Entidade, considerando a metodologia de avaliação de desempenho e distribuição de prêmios, na forma do Sistema de Gestão de Pessoas - SGP, observando-se a disponibilidade financeira do

SEBRAE - CE. O pagamento da remuneração variável de 2016 foi realizado em março de 2017. A base de cálculo para provisão da remuneração variável de 2017 teve como base o valor total pago em 2017 referente a 2016 mais acréscimos dos reajustes salariais do acordo coletivo em maio de 2017.

Em 2018 não houve pagamento de remuneração variável em relação a 2017, pois o SEBRAE/CE não atingiu a meta prevista na pactuação da remuneração variável de 2017 tendo seu saldo transferido para Superávit Acumulado.

As provisões de férias apresentam saldos que serão realizados em 2018.



11 Provisões

A composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/CE como risco “provável” de perda estão assim demonstradas:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	30/12/2017
Riscos cíveis	-	-	71	71
Riscos fiscais (a)(b.1)	-	-	248	365
Riscos trabalhistas (b)	9	9	9	9
Total	9	9	328	445
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	9	9	328	445

Riscos Cíveis

A provisão para risco cível é decorrente da intimação do processo de nº 0032640-63.2013.8.06.0000 da MOB Serviços de telecomunicações ocorrida em 2013 que gerou uma cobrança de R\$ 128. Efetuada a baixa da provisão em virtude da decisão do agravo do instrumento sem nenhum prejuízo ao SEBRAE/CE.

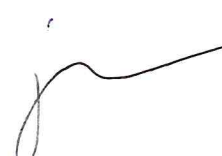
De acordo com as informações recebidas da Assessoria Jurídica foram provisionados os processos abaixo totalizando o valor de R\$ 71:

Processo nº 0159229-92.2016.8.06.0001 Plano Técnicos do Brasil Ltda valor da causa R\$ 44;
 Processo nº 0046165-23.2015.8.06.0007 João Nogueira de Souza Filho valor da causa R\$ 2;
 Processo nº 032.2014.911.528-2 Cleuton Ferreira Lima valor da causa R\$ 14;
 Processo nº 0137642-48.2015.8.06.0001 MR Consultoria de Inovação valor da causa R\$ 1;
 Processo nº 0046157-03.2016.8.06.010 Patricia Pinheiro do Nascimento valor da causa R\$ 10;

Riscos fiscais e trabalhistas

Os riscos fiscais e trabalhistas devem-se aos seguintes processos:

- b.1.**A Entidade recebeu a intimação no mês de fevereiro de 2014, referente aos processos de nº 10380.017488/2008.04, 10380.017472/2008-93, 10380.017486/2008-15 e 10380.017486/2008-15 da Secretária da Receita Federal, referente a Contribuições Sociais, Previdenciárias e Contribuição de empregado para previdência complementar, quando foi instituída a provisão de riscos no longo prazo no valor de R\$ 365. Em agosto de 2017 o SEBRAE/CE aderiu ao Refis, conforme explicitado na nota explicativa 10 item a. Em Janeiro de 2018 efetuamos o pagamento da quitação do restante do valor da adesão do Refis no total de R\$ 79 dos processos 371939720 e 371939747.
- (a) Em Março de 2018 efetuamos o pagamento da quitação do processo 371939755 no valor de R\$ 38.
- (b) Referente ao processo de reclamação trabalhista de nº 0001351-39.2015.5.07.0009 da reclamantes Elayne dos Santos de Maria, Edilene dos Santos de Maria, Maria Greiciane Mateus dos Santos e Aline Mateus Garcia.



22 Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit acumulado (a)	55.271	46.072
Superávit do exercício (b)	6.956	7.374
Ajuste de avaliação patrimonial (c)	<u>15.105</u>	<u>15.166</u>
	<u><u>77.332</u></u>	<u><u>68.612</u></u>

- (a) **Superávits acumulados**
Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.
- (b) **Superávit do exercício**
Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio líquido social da Entidade.
- (c) **Ajuste de avaliação patrimonial**
O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do NBC TG 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

23 Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	19.941	17.325
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	<u>518</u>	<u>744</u>
Total da receita líquida	<u>20.459</u>	<u>18.069</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual. A CSO do período de Janeiro a Março 2018 apresentou um acréscimo de 15,10% em relação ao mesmo período de 2017.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais nacional, conforme execução de projetos/atividades vinculadas a recursos CSN no exercício corrente. O saldo não executado não será mais devolvido ao SEBRAE/NA. A partir da nova IN-37- 21 o saldo poderá ser incorporado a novos projetos e inseridos como saldos em projetos ainda vigentes em 2018. A CSN do período de Janeiro a Março 2018 apresentou um decréscimo de 30,38% em relação ao mesmo período de 2017.

24 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	165	178
Consultoria	885	369
Feiras	14	85
Palestras	1	16
EMPRETEC	31	40
	<u>1.096</u>	<u>688</u>

No período de Janeiro a Março de 2018 tivemos um acréscimo na apuração da receita de empresa beneficiada de 59,30% em relação ao mesmo período de 2017

25 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/CE.

Em 2017 e no período de Janeiro a Março de 2018 não tivemos execução de receita de convênio com o SEBRAE/NA. No período de Janeiro a Março de 2018 tivemos um acréscimo na execução de receita de convênios com parceiros na ordem de 30% em relação a 2017 como principal executor os recursos do convênio SEBRAE E CSP.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Receitas de convênios com o SEBRAE/NA	-	-
Receitas de convênios com parceiros	<u>26</u>	<u>20</u>
	<u>26</u>	<u>20</u>

26 Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/03/2017
Recuperação e restituições (i)	58	331
Recuperação/restituição de recursos de convênios	200	-
Recuperação e restituição de pessoal cedido (ii)	339	531
	<u>597</u>	<u>1.333</u>

(i) Recuperação e restituições

Referem-se a recuperação de valores de créditos sem comprovação (não identificados) recebidos no exercício e valores recuperáveis descontados em folha de pagamento.

(ii) Recuperação e restituição de pessoal cedido

Os valores se devem a contrapartida de custos do pagamento de salários, encargos e benefícios sociais de funcionários que foram cedidos a outras instituições.

27 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Nesta rubrica são alocados os custos com salários e proventos, encargos sociais e benefícios dos funcionários do SEBRAE/CE, conforme descrito abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salários e proventos	(3.889)	(3.787)
13º salário	(359)	(354)
Férias	(476)	(462)
Outros Gastos com Pessoal	(32)	-
Encargos sociais	(1.736)	(1.695)
Benefícios	<u>(1.544)</u>	<u>(1.808)</u>
	<u>(8.036)</u>	<u>(8.106)</u>

Aderiram ao Plano de desligamento incentivado um total de 13 funcionários gerando um custo de incentivo na ordem de R\$ 1.370, sendo que 12(doze) se desligaram em 2016 ficando apenas 1(um) funcionário com desligamento para janeiro de 2017.

O reajuste salarial de 2017 foi da ordem de 4,5% no mês de maio, referente ao INPC dos últimos 12 meses.

No período de Janeiro a Março de 2018 em relação ao mesmo período de 2017 teve um decréscimo de 0,86% no custo com despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.



28 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutoria e consultoria	(1.248)	(1.116)
Serviços técnicos especializados	(632)	(579)
Manutenção, segurança e limpeza.	(1.003)	(929)
Demais serviços contratados	(1.261)	(1.278)
Encargos sociais sobre serviços	(13)	(12)
	<u>(4.157)</u>	<u>(3.914)</u>

No período de Janeiro a Março de 2018 tivemos um acréscimo de 6,21% na execução com serviços profissionais e contratados em relação o mesmo período de 2017.

29 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos referente aos diversos projetos da Entidade.

Despesas	31/03/2018	31/03/2017
Diárias e hospedagem	(138)	(175)
Passagens e transportes	(184)	(90)
Aluguéis e encargos	(487)	(606)
Divulgação e publicidade	-	(238)
Serviços gráficos	(67)	(72)
Serviços de comunicação	(153)	(181)
Material de consumo	(211)	(216)
Demais custos e despesas	(390)	(448)
	<u>(1.630)</u>	<u>(2.026)</u>

No período de Janeiro a Março de 2018 tivemos um decréscimo de 19,55% na execução com custos e despesas de operacionalização em relação o mesmo período de 2017.

30 Despesas com transferências e com programas e convênios

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Assopeças CV 0014.14	-	(427)
Assopeças CV 0005.15	(80)	-
Assopeças CV 0014.14	(52)	-
Assoc. Grupo de Desenv. Do Turismo Icapui GDTUR CV 0028.15	(60)	-
Assoc. dos Suinocultores do Ceará ASCE CV 0029.11	(1)	-
Fecomércio CV 0004.14	(26)	-
Fundação Demócrito Rocha CV 0040.14	(22)	-
PADETEC Parque Tecnológico CV 0034.16	(29)	-
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR- AR-CE CV 0030.16	(2)	-
	<u>(272)</u>	<u>(427)</u>

Os valores por entidade conveniada trata-se de valores repassados às outras entidades a título de transferência de recursos de convênios firmados, em face de ações de interesses do SEBRAE/CE e Entidades, seguindo o plano de trabalho e os instrumentos de convênio.

31 Despesas com provisões

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Provisão para perdas de Clientes	(189)	(564)
Provisão para perdas diversas	(1)	(1)
Provisão para imposto de renda	<u>(77)</u>	<u>(103)</u>
	<u>(267)</u>	<u>(668)</u>

32 Outras despesas

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Custo na alienação ou baixa de imobilizado	-	(1)
Despesas de exercícios anteriores	-	<u>(112)</u>
	<u>-</u>	<u>(113)</u>

33 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade estão conforme a seguir descritos:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	285	380
Rendimentos Recursos Próprios	279	422
Outros Rendimentos	18	15
Subtotal	<u>582</u>	<u>817</u>



Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(85)	(38)
Juros e multas	(1)	-
Descontos concedidos	(1)	-
Variações monetárias passivas	(137)	(173)
Comissões S/cartões de crédito	(13)	(19)
Subtotal	<u>(237)</u>	<u>(230)</u>
Total receita financeira líquida	<u>345</u>	<u>587</u>

34 Benefícios a empregados pós-emprego

34.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.h, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Variável (CV).

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /CE contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações contábeis. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano	351	306
Valor presente das obrigações atuariais	<u>(108)</u>	<u>(102)</u>
Superávit	<u>243</u>	<u>204</u>

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2018 foram no montante de R\$ 182, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/03/2018	31/12/2017
Participantes	<u>198</u>	<u>198</u>
Básica	187	679
Serviços passados	5	29
Voluntárias	67	219
Patrocinador	<u>259</u>	<u>662</u>
Básica	176	642
Benefícios de risco	<u>6</u>	<u>20</u>
Total	<u>441</u>	<u>1.589</u>

34.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	2017	2016
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(102)	(95)
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(19)	(20)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	13	13
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	<u>(108)</u>	<u>(102)</u>

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	2017	2016
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	306	249
Contribuições pagas ao plano	20	20
Retorno esperado dos ativos do plano	(15)	(2)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	<u>41</u>	<u>39</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>352</u>	<u>306</u>

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	2017	2016
Custo do serviço corrente	(8)	(8)
Juros sobre obrigação	30	27
Ganho por reduções	<u>(30)</u>	<u>(27)</u>
Retorno esperado dos ativos do plano	(8)	(8)

Premissas atuariais

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2017	31/12/2016
Taxa real anual de juros	9,16%	11,16%
Projeção de crescimento real de salário	2,20%	2,20%
Taxa de inflação média anual	3,91%	4,69%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,16%	11,16%

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e F Desag 10% e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e F Desag 10% e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - 50% up M e 50% up F
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M e F e Hunter
- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

35 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
- Contas a receber;

- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais (Numerários vinculados a programas e projetos);
- Contas a pagar;
- Créditos e obrigações com o sistema SEBRAE;
- Remunerações e encargos;
- Obrigações com convênios e contratos;
- Obrigações tributárias.



Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. , Caixa Econômica Federal e Bradesco. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.331	31.023
Créditos a receber de clientes (*)	5	4.018	4.586
Numerários vinculados a programas e projetos	6	904	932
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	5.669	13.293
Outros créditos (**)	9	6.655	6.583

(*) Sem efeito da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(**) Refere-se a transações com convênios a executar.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos contábeis que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos contábeis da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e encargos	-	-	-	-
Obrigações com convênios e contratos	417	-	417	-
Contas a pagar	1.092	1.092	-	-
Obrigações tributárias	382	382	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	10.166	3.761	6.405	-

	Valor em 31/12/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e encargos	-	-	-	-
Obrigações com convênios e contratos	430	430	-	-
Contas a pagar	4.348	4.348	-	-
Obrigações tributárias	678	678	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	10.925	4.042	6.883	-

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do NBC TG 40 (R2) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/CE desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade (Nota Explicativa nº4) que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitas às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa DI será de 7,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerando como possível e remoto, respectivamente.

Cenários Projetados - Base 31/12/2019				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 7,96%	Possível - 25% 9,95%	Remoto - 50% 11,94%
Alta da Variação da taxa SELIC				
Efeito da Variação da taxa SELIC	30.281	2.410 + 7,96%	3.013 + 9,95%	1.928 + 11,94%
Cenários Projetados - Base 31/12/2018				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 7,25%	Possível - 25% 9,06%	Remoto - 50% 10,88%
Alta da Variação da taxa SELIC				
Efeito da Variação da taxa SELIC	30.821	2.195 +7,5%	2.743 +9,06%	3.295 +10,88%

Impactos no Resultado	31/12/2019	31/12/2018
Cenário Possível - Cenário Provável		
SELIC	603	551
Cenário Remoto - Cenário Provável		
SELIC	1.205	1.099

36 Cobertura de seguros

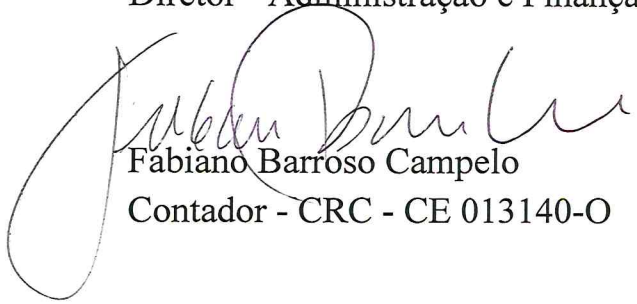
O SEBRAE CE possui cobertura de riscos operacionais, lucros cessantes e responsabilidade civil. Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 14 de maio de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 3, conforme apólice de nº 5177201662180016065 e apólice de nº 0058/0000014/96 com prêmio no valor de R\$ 35 com vencimento para 18/12/2017 e veículos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 84 que estão cobertos até 20 de agosto de 2017, conforme apólice de nº 0531213576660.

Em 2017 foi contratada uma nova apólice de seguro para os imóveis alugados a CODECE em que estão os Escritórios Regionais de Sobral, Tianguá, Crateús, conforme apólice 5177201762180017683 com valor do prêmio R\$ 4. Houve a renovação do seguro auto frota da apólice de nº 213576660 com vencimento para 20/08/2018 com valor de pagamento do prêmio de R\$ 80. Foi contratada no dia 18/12/2017 o seguro para riscos conta incêndio, raio, explosão e implosão, conforme apólice de nº 0058/0000019/96 com vencimento do seguro para 18/12/2018 com valor de pagamento do prêmio de R\$ 34

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor - Administração e Finanças


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O